



Projeto de Voto n.º 461/XIV

De condenação pelo golpe militar em Myanmar

Depois de ser governado durante meio século pelos militares, Myanmar voltou a sofrer um novo golpe militar, que enterrou o sonho de democratização do país iniciado há uma década, depois da Liga Nacional para a Democracia, ter ganho as eleições de forma retumbante em novembro passado, obtendo 476 lugares do Parlamento, contra apenas 33 do partido apoiado pelos militares.

Determinados a impedir a consolidação do poder por parte da sociedade civil, os militares tomaram conta do poder legislativo e judicial, encerrando o Parlamento e prendendo a Conselheira de Estado Aung Sung Suu Ky e o Presidente da República Win Mint, muitos dirigentes políticos e ativistas pró-democracia e manifestantes. O Estado de Emergência foi declarado por um ano.

Os militares foram também os principais responsáveis pelos massacres bárbaros da minoria muçulmana Rohingya entre 2016 e 2018, provocando mais de 700 mil deslocados. Estes acontecimentos, considerados pelas Nações Unidas como genocídio, não mereceram na altura, no entanto, qualquer contestação por parte de Suu Ky, Nobel da Paz pela sua anterior luta pela Democracia, o que lhe valeu muitas críticas da comunidade internacional.

A sociedade civil tem estado fortemente mobilizada na contestação à junta militar, havendo muitos jovens e representantes das inúmeras minorias a manifestaram-se de forma pacífica, contra a resposta cada vez mais repressiva das forças militares com canhões de água, balas de borracha e detenções. Na rua, os manifestantes diziam “Não queremos uma ditadura militar”.

Neste contexto, é da maior importância que a comunidade internacional faça tudo o que estiver ao seu alcance para que seja repostos o processo democrático e o Estado de Direito. A União Europeia condenou o golpe militar e apelou ao respeito pelos resultados eleitorais, o mesmo acontecendo com o próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas, que conseguiu aprovar uma declaração no mesmo sentido.



Assim, a Assembleia da República condena o golpe militar em Myanmar, apela à libertação da Conselheira de Estado Aung Sung Suu Kyi, do presidente da República, dirigentes políticos e demais ativistas e pede à comunidade internacional que interceda para que seja respeitado o processo democrático, a ordem constitucional e os direitos, liberdades e garantias.

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro de 2021

As Deputadas e os Deputados,

(Paulo Pisco)

(Lara Martinho)

(Paulo Porto)

(Edite Estrela)

(Porfírio Silva)

(Susana Correia)

(Carla Sousa)



(Cristina Jesus)

(Romualda Fernandes)

(Raúl Castro)

(Olavo Câmara)

(Bacelar de Vasconcelos)

(José Mendes)

(Pedro Delgado Alves)